



“Estamos vendendo ideias”

Configurações argumentativas em textos da revista Pif-Paf

Helena Miyazaki Fonseca

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),
Brasil

orcid.org/0000-0001-6806-2310

Vanda Maria da Silva Elias

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),
Brasil

orcid.org/0000-0002-7517-4131

Este trabalho se propõe a analisar, na revista Pif-Paf, criada em pleno regime militar no Brasil, como gêneros textuais com as configurações que são construídas e reconhecidas sócio historicamente funcionam argumentativamente, considerando que o princípio da argumentatividade é constitutivo de todo e qualquer texto. A análise está fundamentada em estudos da argumentação, com foco na noção de dimensão argumentativa proposta por Amossy (2008, 2018); e em estudos da argumentação realizados na Linguística Textual, especialmente por Cavalcante *et al* (2020, 2022). Resultados indicam que a escolha de gêneros textuais como configurados em razão de aspectos contextuais é uma relevante estratégia utilizada por autores da revista, a fim de expor posicionamentos em meio à censura e repressão da época.

Palavras-chave: Configuração textual. Dimensão argumentativa. Linguística Textual. Pif-Paf.

“Estamos vendiendo ideas”: configuraciones argumentativas en los textos de la revista Pif-Paf

Este trabajo se propone analizar, en la revista Pif-Paf, creada durante el régimen militar en Brasil, cómo funcionan argumentativamente géneros textuales con configuraciones construidas y reconocidas socialmente históricamente, considerando que el principio de argumentatividad es constitutivo de todos y cada uno de los textos. . El análisis se basa en estudios de argumentación, centrándose en la noción de dimensión argumentativa propuesta por Amossy (2008, 2018); y en estudios de argumentación realizados en Lingüística Textual, especialmente por Cavalcante *et al* (2020, 2022). Los resultados indican que la elección de géneros textuales configurados por aspectos contextuales es una estrategia relevante utilizada por los autores de la revista, con el fin de exponer posiciones en medio de la censura y represión de la época.

Palabras clave: Formatos argumentativos. Dimensión argumentativa. Lingüística textual. Pif-Paf.

“We are selling ideas”: argumentative configurations in texts from Pif-Paf magazine

This paper aims to analyze, in the Pif-Paf magazine, created during the military regime in Brazil, how textual genres with configurations that are constructed and recognized socio-historically function argumentatively, considering that the principle of argumentativeness is constitutive of any and all texts. The analysis is based on studies of argumentation, focusing on the notion of argumentative dimension proposed by Amossy (2008, 2018); and on studies of argumentation carried out in Textual Linguistics, especially by Cavalcante *et al* (2020, 2022). Results indicate that the choice of textual genres as configured due to contextual aspects is a relevant strategy used by the magazine's authors in order to expose positions amid the censorship and repression of the time.

Keywords: Argumentative formats. Argumentative dimension. Textual linguistics. Pif-Paf.

Considerações iniciais

A depender de seu projeto de dizer e de sua intencionalidade, bem como das condições contextuais de produção, um autor pode recorrer a uma diversidade de recursos (linguísticos, cognitivos, textuais, intertextuais, discursivos, interacionais e multimodais) no que tange à produção de um texto. Millôr Fernandes, ao idealizar a revista *Pif-Paf*, fez questão de investir na variedade de gêneros textuais que se fizeram presentes nos oito volumes lançados, fato esse que justificou o lema “cada volume é único” na campanha de publicidade da referida revista.

Como esses volumes foram publicados durante a Ditadura Militar no Brasil e, nessa época, era preciso ter cautela com o que fosse publicado, sob risco de censura e de condenação, a escolha de gêneros textuais de natureza diversa e as configurações desses gêneros reconhecidas segundo padrões sócio-históricos foram estratégias utilizadas por Millôr e pelos demais colaboradores da revista, para não somente deixar a publicação mais atrativa, como também – e principalmente – para expor a visão desses autores sobre a dura realidade imposta ao país.

Considerando, pois, esse contexto social em que se deu a produção da revista *Pif-Paf*, neste artigo, supomos que, no âmbito da revista, a escolha dos gêneros textuais e a configuração que lhe é constitutiva é um aspecto que contribui para a sinalização da argumentatividade e a produção de sentidos.

Já há algum tempo, estudos desenvolvidos na Linguística Textual (LT), especialmente os de base sociocognitiva, têm apontado para sinalizações ou pistas textuais de natureza diversa que respondem, entre outras funções, pela orientação argumentativa do texto e não necessariamente estão atreladas a produções argumentativas canonicamente compreendidas, em termos do desenvolvimento de argumentos para a defesa de uma tese (cf.: Koch, 1987, 2002, 2004; Marcuschi, 2008; Cavalcante, Custódio Filho, Brito, 2014; Elias, Capistrano Júnior, 2021).

De forma mais recente, estudos de Cavalcante *et al* (2020, 2022) têm promovido no interior da LT a articulação entre este campo teórico e a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), como proposta por Amossy (2008, 2018).

Para Cavalcante *et al* (2022, p. 97), o princípio de argumentatividade no texto é “um aspecto constitutivo da construção da textualidade” e, assim sendo, “a argumentatividade pode ser evidenciada por critérios textuais como a construção referencial, o uso de intertextualidade, a organização tópica, a articulação de sequências textuais, as marcas de heterogeneidade enunciativas, as estratégias de impolidez e o que mais se associe a tais critérios” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 102).

Para Amossy (2018), a argumentatividade é constitutiva de todo discurso, pois todo discurso é atravessado por outros com os quais contrasta. Sendo assim, todo discurso comporta uma dimensão argumentativa, pois busca sempre orientar os modos de ver do outro. No caso deste artigo que focaliza textos produzidos em um contexto de repressão, entendemos que, como não era possível argumentar explicitamente, estratégias foram criadas e usadas para constituir a argumentação.

Tendo como base estudos de Amossy (2008; 2018) e de Cavalcante *et al* (2020, 2022) sobre a argumentatividade, o objetivo deste artigo é comprovar, com a análise de textos da *Pif-Paf*, que os autores da revista, em suas produções, dedicaram-se estrategicamente à escolha de gêneros textuais cuja configuração favorecesse uma manifestação crítica, sem que tivessem que responder por isso no tribunal da censura. Assim sendo, supomos que os gêneros textuais e a configuração com que se apresentam no âmbito da *Pif-Paf* foram intencionalmente escolhidos por seus autores e assumem estrategicamente uma função argumentativa, considerando o contexto social e histórico à época da produção da revista.

Começaremos, então, pela apresentação de informações importantes sobre a revista, a fim de contextualizá-la; depois, abordaremos a argumentação em sua relação com a Linguística Textual; e, por fim, selecionaremos da *Pif-Paf* quatro exemplares de gêneros textuais, para analisar como se apresentam configuracionalmente e como, à capa da função dada/conhecida, outras novas funções se constituem relacionadas à intencionalidade e à argumentatividade.

1 A revista *Pif-Paf*

Uma vez predominantes na sociedade os efeitos da Ditadura Militar no Brasil instituída em 1964, as produções artísticas – mas não somente estas – carregavam o anseio daqueles que buscavam protestar, mas só podiam fazê-lo por meio da mídia alternativa e, ainda assim, de modo indireto, para escapar da perseguição, da prisão e da tortura. É nesse momento de repressão e para assinalar posicionamento contrário ao regime político autoritário que surge a *Pif-Paf*, a revista alternativa pioneira do Brasil, fruto da união de vários artistas da época.

Idealizada por Millôr Fernandes cerca de dois meses depois do golpe militar, a revista, que foi a continuação de uma coluna que Millôr escrevia para o periódico *O Cruzeiro* até sua demissão no ano anterior, recebe o nome de um tradicional jogo de

¹ Posteriormente, outros periódicos com o mesmo caráter contestatório foram publicados, como *O Pasquim*, a partir de 1969; e a revista *Bondinho*, a partir de 1971.

cartas² e conta com a participação de personalidades importantes como Ziraldo, Jaguar, Fortuna, Claudius e outras que, eventualmente, colaboraram com as criações predominantemente humorísticas que compunham os volumes, caso de Sérgio Porto e Rubem Braga.

No projeto da publicação, tentativas de comunicação com os leitores da revista existiam: ora eram feitas chamadas para que os leitores enviassem piadas a serem publicadas; ora eram respondidos alguns comentários dos leitores por meio de notas de rodapés. A um destes comentários, após o lançamento do primeiro volume e de questionamentos de leitores sobre a qualidade do papel, Millôr responde: “Não estamos vendendo papel. Estamos vendendo ideias”³. Como bem lembra Cunha (2018), neste momento, esses profissionais estavam, em sua maioria, desvinculando-se (ou sendo desvinculados) das grandes empresas midiáticas por conflitos ideológicos, ou seja, a produção alternativa era um desejo sincero de protesto, dado que não recebia nenhum tipo de financiamento.

No total, foram publicados oito volumes até que a censura resultasse no encerramento da revista. Nos três meses que teve de duração, apresentaram-se ao público gêneros textuais muito variados em configurações e funções. Alguns deles, como charges, tiras e piadas, apareciam com frequência nos volumes e alguns outros apareceram uma única vez, como um jogo, que veremos posteriormente.

Os temas, apesar de variados, estavam sempre relacionados ao momento político do Brasil na época: comportamentos sociais, acontecimentos políticos, previsões para o futuro e, ainda, lembranças do passado. Além disso, os textos não se limitavam ao nível da exposição: tinham, também e, principalmente, um aspecto provocativo decorrente do traço do humor constitutivo da revista.

Compreendemos, assim, que os textos da *Pif-Paf*, mesmo com as restrições contextuais impostas aos autores e com a veiculação em um meio alternativo, possibilitaram a crítica, a denúncia, a ironia, enfim, a argumentação, ainda que de forma não declarada. Nesse sentido, vale a pena retomar as palavras de Abreu (2004), para quem:

[...] a forma pela qual um evento é transmitido pela imprensa, ou seja, a maneira como a imprensa seleciona as informações que irão compor a notícia e atribuem

² O jogo pif-paf, também conhecido como pife, cacheta, fôrma, pontinho e pé duro, consiste em uma dinâmica que comporta até oito pessoas e tem como objetivo principal formar combinações a partir de cartas compradas e/ou recebidas. Há algumas variações possíveis referentes ao número de cartas (é possível desconsiderar as coringas) e ao número de vencedores (um a cada partida ou um a cada certo número de pontos).

³ Esta nota pode ser encontrada na página 2 do segundo volume da revista.

importância a um aspecto da realidade em detrimento de outros, determina a apreensão do público. Muitas vezes é a partir de uma perspectiva traçada pelos veículos de informação que o leitor/espectador é levado a perceber a realidade e a se posicionar diante dos acontecimentos. (Abreu, 2004, p. 15)

Para nós, o projeto argumentativo embutido nos textos serve como reforço à tese de estudiosos do texto e do discurso de que a argumentação pode ser constituída e compreendida numa ampla acepção, como será abordado no tópico a seguir.

2 Texto e dimensão argumentativa

Estudos sobre argumentação há muito tempo classificam estratégias que possibilitam a persuasão por meio do discurso. No entanto, Amossy, na obra *Argumentação no discurso* (2018), apresenta e desenvolve a ideia de que este processo não é algo necessariamente planejado. Isso porque, para a autora, um discurso, por estar sempre relacionado a práticas sociais, possui em sua composição certo posicionamento, fato que permite, por si só, que a argumentação tome forma.

A abordagem discursiva da argumentação, que é proposta pela autora, engloba a dimensão social dos discursos - que, segundo Macedo (2018, p. 41), “foi apenas muito rasteiramente sugerida pela nova retórica quando tratou do acordo e da razoabilidade dos raciocínios argumentativos”. O que Amossy propõe, então, é um redimensionamento dos estudos argumentativos a partir do reconhecimento de que a argumentação é um fator intrínseco ao funcionamento do discurso.

Por esta perspectiva, tem-se o entendimento de que se, por um lado, a maioria dos discursos não possui uma visada argumentativa, ou seja, não são construídos com o objetivo explícito de argumentar diretamente a favor de uma tese; por outro lado, não existe discurso que não comporte uma dimensão argumentativa, visto que lhes é inerente o caráter persuasivo, ou seja, a intenção, mesmo que indireta, de agir sobre o outro. Nesse sentido, Amossy (2018) lança um olhar ampliado sobre a argumentação que, nas palavras da autora, comporta:

os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (Amossy, 2018, p. 47)

Na defesa da tese de que não existe discurso sem argumentação, pois esta é uma dimensão constitutiva do discurso, Amossy elabora o seu raciocínio da seguinte forma:

Não há discurso sem enunciação (o discurso é o efeito da utilização da linguagem em situação), sem dialogismo (a palavra é sempre, como diz Bakhtin, uma reação à palavra do outro), sem apresentação de si (toda fala constrói uma imagem verbal do locutor), sem o que se poderia chamar “argumentatividade” ou orientação, mais ou menos marcada no enunciado, que convida o outro a compartilhar modos de pensar, de ver, de sentir. (Amossy, 2018, p 12).

O que se observa a respeito da dimensão argumentativa é que se trata de uma noção ampla que não requer elementos exclusivos, nem exige um padrão: é somente determinada pela tentativa, consciente ou não, de orientar o pensamento do outro, seja pela incitação à reflexão, seja pela exposição de novos pontos de vista.

Ainda segundo Amossy (2018, p. 41), “a argumentação deve ser estudada no nível de sua construção social, a partir dos procedimentos de ligação de desenvolvimento”. Foi a partir desta ideia que Macedo (2018), com base na articulação entre a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) e a Linguística Textual (LT), tratou da argumentatividade dos discursos por meio de categorias de textualidade, como as noções de gênero do discurso, referenciação, intertextualidade e outras.

No quadro da ampliação desta proposta no âmbito da Linguística Textual, Cavalcante, Pinto e Brito (2018) propuseram que a distinção entre *visada argumentativa* e *dimensão argumentativa* não é exclusiva dos discursos e, assim sendo, pode ser estabelecida entre as relações textuais, dado que, segundo as autoras, a visada argumentativa só é possível quando há, no texto, uma sequência argumentativa dominante. Nesse sentido, esclarecem as autoras que

os textos de visada argumentativa estão organizados em termos de sequência argumentativa dominante, como a que se encontra nos artigos de opinião, nos editoriais, nos artigos acadêmicos, nos ensaios jornalísticos e acadêmicos etc.; os demais textos apresentam apenas o que Amossy chama de dimensão argumentativa. (Cavalcante; Pinto; Brito, 2018, p. 10)

O caráter argumentativo é, pois, compreendido como constitutivo de todos os textos. Todos os textos estão envolvidos em uma dimensão argumentativa, independentemente de seu conteúdo ou meio de veiculação, com a ressalva de que alguns comportam uma visada argumentativa.

Esse entendimento é importante porque permite a investigação de recursos textuais como gêneros textuais, sua configuração textual e funcionalidades, com o

olhar voltado para a argumentação. Retomando as palavras de Cavalcante et al. (2022, p. 98): “[...] todos os critérios analíticos da linguística textual podem revelar as tentativas do locutor/enunciador principal de agir sobre o seu dizer”, o que ocorre por meio da negociação com os prováveis interlocutores em vista de cumprir com seus propósitos comunicativos. Embora o objeto de estudo da LT não seja a argumentação, a organização textual e as estratégias de textualização revelam a possível ponte com a abordagem discursiva da argumentação.

Com base nesses pressupostos teóricos, analisaremos a argumentatividade em textos da revista *Pif-Paf*, apoiando-nos ainda na compreensão de que: i) gêneros textuais são “formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos” (Marcuschi, 2002, p. 25); ii) “texto é a concretização de um projeto de dizer, ou seja, uma realização que envolve sujeitos, intencionalidade, conhecimentos e estratégias em um movimento interacional centrado na busca pela coerência e sentidos.” (Elias; Capistrano Júnior, 2021, p. 28).

3 Metodologia

O *corpus* deste trabalho é composto por quatro textos extraídos de diferentes volumes da revista *Pif-Paf*, sendo estes assim intitulados: “Um paulista comum”; “O jogo da democracia”; “Mas, afinal, o que é liberdade?”; e “Cartilha para o povo”.

Considerando a diversidade que caracteriza essa publicação – na qual alguns gêneros textuais eram recorrentes, enquanto outros foram utilizados uma única vez – optamos por selecionar textos que pudessem representar ambos os casos. Dessa forma, foram analisados tanto gêneros textuais frequentes, como o artigo de opinião, quanto gêneros encontrados apenas em um volume, como o jogo. Essa abordagem possibilita evidenciar que a argumentação constitui um elemento central da revista, manifestando-se em diferentes configurações textuais, independentemente da recorrência ou singularidade dos gêneros empregados.

Em relação aos procedimentos metodológicos, o exame dos dados tem caráter qualitativo e interpretativo, de modo a considerar: i) a contextualização dos textos no âmbito da *Pif-Paf* e o próprio contexto de produção da revista; ii) a identificação e discussão das configurações textuais argumentativas organizadas em função do propósito comunicativo da revista.

4 Configurações textuais e argumentatividade na revista *Pif-Paf*

É pouco provável que um autor escolha, aleatoriamente, o gênero textual do qual se valerá para constituir o seu projeto de dizer. Isso porque, a depender da intencionalidade do autor e dos aspectos contextuais, determinados gêneros e configurações textuais apresentam-se como mais propícios a envolver os leitores e a alcançar determinados objetivos.

A argumentação sutilmente constituída mobiliza certas características para que seja possível orientar a reflexão desejada. É o que observaremos nas quatro produções textuais da revista *Pif-Paf* que serão foco a seguir de nossa análise.

3.1 A dimensão argumentativa em “Um paulista comum (visto por um mineiro)”

Figura 1 – Revista *Pif-Paf* “Um paulista comum (visto por um mineiro)”



Fonte: Revista *Pif-Paf*, v. 5, p. 23, 1964.

Na observação do texto, comecemos, pois, com o título: este introduz e põe em foco o referente – “um paulista comum” – que será objeto de descrição, de forma estereotipada. Nesse sentido, destaca-se, ainda, o subtítulo que se encontra entre parênteses – “visto por um mineiro” – que indica a quem pode ser atribuída a visão construída sobre o paulista.

Chama a atenção tanto no título quanto no subtítulo o uso do artigo indefinido – “um” –, importante pista para a argumentação empreendida, pois a indeterminação em ambos os casos sugere remissão a um grupo ou coletividade, numa clara expressão de dar a entender que não se trata de alguém em particular. É com essa intencionalidade que o texto se desenvolve em torno da visão de um mineiro sobre um paulista.

A configuração que concretiza o projeto de dizer corresponde a do gênero infográfico, visto que os escritos pertencentes a esta classificação, geralmente, segundo Carvalho e Aragão (2012, p. 163), “apresentam um elemento visual (ou um conjunto deles) central, acompanhados de diversos blocos de textos explicativos”.

O infográfico, por seu modo de configuração e constituição verbo-visual, foi uma estratégia que viabilizou inserir no texto um bloco que alude à política, a saber: “Não aparecem: chave do *volks*, carteira de sócio proprietário de algum clube, chave do “escritório” de encontros clandestinos, manual de como não ligar para a política...”.

Assim constituída no infográfico, a crítica se faz, provavelmente, em direção ao governador de São Paulo da época, Adhemar de Barros (1901 - 1969), e o seu apoio ao golpe militar. Como adiante veremos em outros textos analisados neste artigo, o político era citado com frequência nos textos da revista.

No âmbito da revista, a política não era um tema ignorado, levando em conta que seus colaboradores buscavam, de uma forma ou de outra, posicionar-se contra a ditadura. No caso específico do exemplo comentado, o infográfico possibilitou ao seu produtor tratar de política, indicando o seu ponto de vista em relação ao regime político autoritário e àqueles que com esse regime simpatizavam.

Assim inserido no contexto da revista, o infográfico apresenta multifuncionalidade, destacando-se as funções de crítica, ironia e humor. Isso porque, inserido em um contexto que impunha limites à liberdade de expressão, ao autor não era possível expor abertamente a sua crítica, não era possível, explicitamente, compor a argumentação nos moldes de um artigo de opinião, por exemplo.

Entretanto, situado na revista, o projeto de dizer desenvolvido na forma de infográfico possibilitou a manifestação de um posicionamento crítico, como convinha

no momento: era preciso dizer, mas não o fazer explicitamente ou, então, era preciso dizer, mas fazê-lo disfarçadamente.

A escolha do gênero textual e o modo como nessa produção se deu o desenvolvimento da temática: na forma de pequenos blocos informacionais, reticularmente distribuídos em torno de uma figura central, foram uma saída estratégica e sinalizadora da dimensão argumentativa, com potencial para influenciar os leitores atentos às pistas do texto em conexão com os acontecimentos da época.

3.2 A dimensão argumentativa em “O jogo da democracia”

Figura 2 - “O jogo da democracia” estampa a capa e a contracapa do segundo volume da PifPaf



Fonte: Revista Pif-Paf, v. 2, capa e contracapa, 1964.

Com o formato de um jogo de tabuleiro tradicional e um dado oferecido na segunda página para, supostamente, ser cortado e montado para jogar, o “jogo da democracia” traz, em cada uma de suas posições, questões políticas e sociais. Trata-se de um jogo que pode ser visto e jogado como um jogo, mas a essa função lúdica acrescenta-se a função argumentativa, pensando no contexto em que o texto se encontra e foi produzido.

Nas peças do jogo, há orientações dadas aos potenciais jogadores como:

“Cuidado com este número... volte 5 pontos” (posição 13); “Encontra o Brizola e não avisa a DOPS. Sai do jogo” (posição 18); “COMUNISTA! Sai do jogo!”(posição 63).

Essas orientações, além da aparente predominância da função lúdica, assumem a função da crítica, por meio de referências: a políticos (Leonel Brizola, ex-prefeito de Porto Alegre, deputado e governador, que fora exilado durante a Ditadura por não apoiar os militares); a órgão repressor (DOPS - Departamento de Ordem Política e Social, criado em 1924 e utilizado pelo Estado Novo, a fim de investigar os movimentos sociais); e a adepto a ideologias outras (comunista), bem como da indicação das consequências possíveis quanto à tomada de posições no jogo.

O conteúdo das peças do jogo é revelador, portanto, não apenas das referências a acontecimentos da época relacionados à repressão e à perseguição do período em foco, como também da intencionalidade relacionada à escolha estratégica da configuração do gênero textual que possibilitou ao produtor do texto elaborar, no disfarce do jogo, as críticas que desejava, pretendendo por elas não ter que responder.

Então, se a intencionalidade do autor era produzir um gênero textual no qual pudessem ser abordados assuntos significativos à democracia, de forma a driblar a censura da época, a escolha do jogo se mostrou relevante, por possibilitar a crítica e a manifestação de um modo de ver e compreender a situação política do país com acentuado traço de humor.

Ademais, as referências a políticos nas orientações que compõem as regras do jogo são igualmente significativas no projeto argumentativo indiretamente constituído. Há quem apareça em apenas uma das peças, como Lacerda, jornalista e ex-político brasileiro, citado na posição 22 (“Topa com o Lacerda. Avance até o JK”).

Mas há também quem apareça com recorrência, como Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo, citado nas posições 05, 17 e 53 (respectivamente: “Topa o Adhemar rezando. Começa de novo; “Volta a encontrar o Adhemar, já é azar de mais... fica sem jogar 2 vezes”; “Se junta ao Adhemar e segue até o número 58”).

A argumentação ocorre por meio de gêneros textuais, segundo Pinto (2010). Nesse sentido, são muitos os recursos linguageiros que interagem com os aspectos contextuais e resultam na argumentação. O jogo em análise tem como principal função a expressão de um modo de ver a situação política do país e construir essa argumentação como resultado de cada um dos comentários, críticas e ironias que ocorrem disfarçadamente nas peças do jogo.

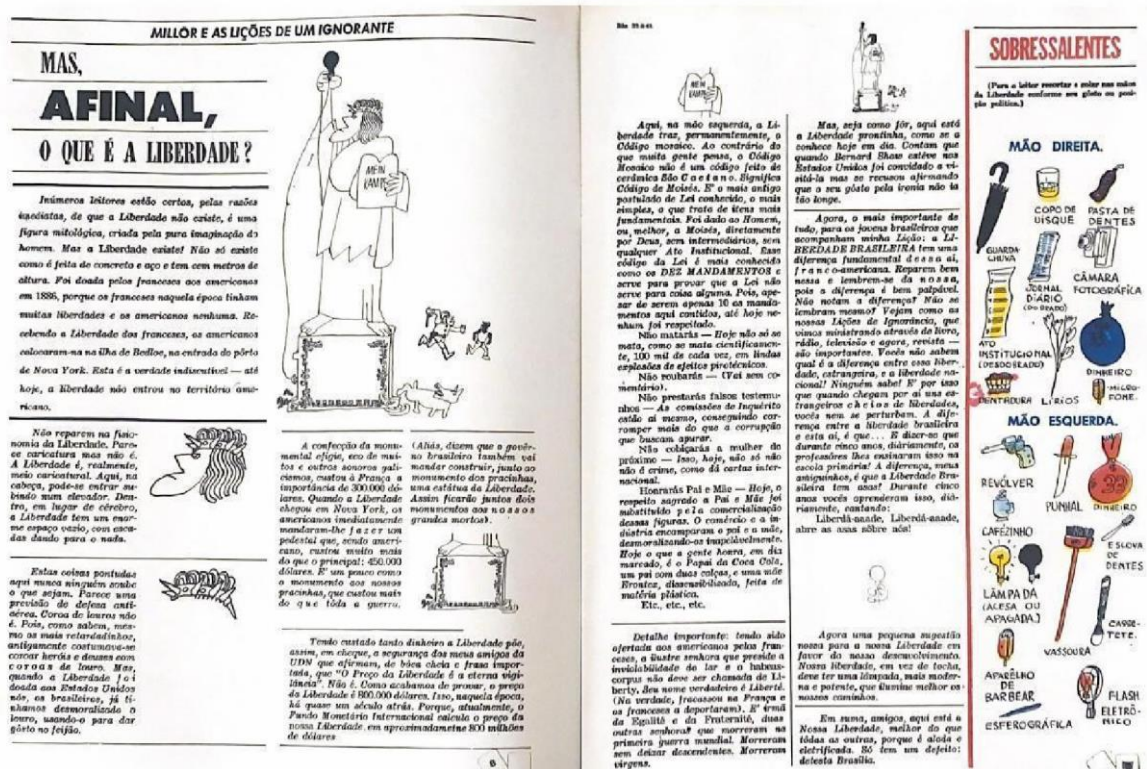
Assim, à função do jogo atinente ao lúdico são acrescidas outras provenientes do projeto de dizer e da intencionalidade do autor. Essas outras funções decorrem das imposições contextuais, segundo as quais a constituição da crítica, o posicionamento, a argumentação, enfim, não poderiam acontecer de forma explícita ou direta, sem que se tivesse que sentir na pele o peso da censura.

É o que bem nos diz Amossy (2018, p. 46): “a argumentação não participa somente dos textos que tentam fazer aceitar uma tese bem definida, mas também daqueles que levam a compartilhar um ponto de vista sobre o real, reforçando valores, orientando a reflexão”.

3.3 A dimensão argumentativa em “Mas, afinal, o que é liberdade?”

O tom de brincadeira, ao mesmo tempo agradável e estratégico, pode ser encontrado, também, no texto a seguir “Mas, afinal, o que é liberdade?” (um título utilizado mais de uma vez em textos diferentes da revista, vale ressaltar), que se encontra localizado nas páginas 8 e 9 do terceiro volume da revista, pertencente ao quadro “Millôr e as lições de um ignorante”.

Figura 3 – Texto “Mas, afinal, o que é liberdade?”, revista Pif-Paf, v. 3, p. 8-9



Fonte: Revista Pif-Paf, v. 3, p. 8-9, 1964.

O texto tem como assunto central a liberdade como indicado no seu título. Mas, diferentemente do sugerido na pergunta do título, institui-se explicitamente como referente principal não a liberdade (substantivo abstrato), e, sim, a estátua da liberdade (substantivo concreto). Esta última, indicada no desenho à direita, é, segundo a explicação presente no primeiro parágrafo, a única que existe:

Inúmeros leitores estão certos, pelas razões imediatas, de que a Liberdade não existe, é uma figura mitológica, criada pela pura imaginação do homem. Mas a Liberdade existe! Não só existe como é feita de concreto e aço e tem cem metros de altura. [...] (*Pif-Paf*, volume 3, página 8)

Millôr Fernandes, então, descreve a estátua em questão. Começando pela cabeça,

[...] Aqui, na cabeça, pode-se entrar subindo num elevador. Dentro, em lugar de cérebro, a Liberdade em um enorme espaço vazio, com escadas dando para o nada.

comenta sobre a coroa,

Estas coisas pontudas aqui ninguém soube o que sejam. Parece uma previsão de defesa antiaérea. Coroa de louros não é. Pois, como sabem, mesmo os mais retardadinhos, antigamente costumava-se coroar heróis e deuses com coroas de louro. Mas, quando a Liberdade foi doada aos Estados Unidos, nós, os brasileiros, já tínhamos desmoralizado o louro, usando-o para dar gosto no feijão.

passa em seguida para o pedestal e termina com a mão esquerda, que carrega uma placa.

Aqui, na mão esquerda, a Liberdade traz, permanentemente, o Código Mosaico. Ao contrário do que muita gente pensa, o Código Mosaico não é um código feito de cerâmica São Caetano. Significa Código de Moisés. (*Pif-Paf*, v.3, p.8-9)

Assim, o autor vai compondo a sua crônica cheia de humor, num jogo discursivo que aponta para a estátua da liberdade e apela para os nossos conhecimentos de mundo sobre esse ícone da liberdade e seu simbolismo, mas o que pretende mesmo é tratar da liberdade enquanto conceito que não pode ser subtraído à condição humana.

Daí resulta a ironia, expediente por meio do qual se apresenta ao leitor o comprometimento da liberdade de expressão nos limites impostos pelo contexto da época. Trata-se de uma tentativa de convencimento estratégica e eficiente para mostrar aos leitores a intencionalidade de Millôr: criticar a repressão à liberdade de expressão e conseqüentemente o regime político autoritário instaurado no país.

É com essa intencionalidade que chama a atenção no texto em análise o quadro localizado na extrema direita da página 9. Nele, encontram-se objetos para que o leitor possa recortar e posicionar nas mãos da estátua “de acordo com sua posição política”, como indica o autor. Para a mão direita, as opções são: guardachuva, copo de uísque, pasta de dentes, ato institucional (desdobrado), jornal diário (dobrado), câmara fotográfica (sic), dentadura, lírios, dinheiro e microfone; para a mão esquerda, tem-se: revólver, punhal, dinheiro, cafézinho, lâmpada (acesa ou apagada), vassoura, escova de dentes, aparelho de barbear (sic), cassetete, esferográfica e eletrônica.

No ano de publicação do texto (1964), a liberdade era restrita para aqueles que contrariavam o governo. Escrever sobre esse assunto, então, não era tarefa fácil. Assim como observado nos exemplos anteriores, ganha ênfase a escolha do gênero textual e, nele, a função relacionada a sua configuração: o texto sobre liberdade, embora gere a expectativa primeira de um artigo de opinião, configura-se como uma crônica humorística e, assim, expõe um ponto de vista e sugere uma reflexão sobre um tema capital à existência humana que se encontrava comprometido em razão dos ditames da época.

3.4 A dimensão argumentativa em “cartilha para o povo”

É interessante observar, também, que, ao longo dos oito volumes da revista, Millôr Fernandes publicou dois textos chamados “cartilhas para o povo”. Em um primeiro momento, pode parecer estranha a escolha do gênero textual, visto que as cartilhas são utilizadas, principalmente, para promover a educação por meio da disseminação de conhecimentos (cf. Pizzani; Riolo, 2013) e para práticas de alfabetização.

Porém, Domingues e Ebert (2015) apontam que, no período da Ditadura Militar, houve censura inclusive em relação aos materiais didáticos utilizados em sala de aula, dado que alguns textos eram julgados inadequados por apresentarem, supostamente, certo teor comunista. Nessa época, de acordo com as autoras, recorria-se às cartilhas no contexto escolar sob influência americana. Dentre as cartilhas mais populares, destacam-se a *Cartilha Maternal*, de João de Deus (década de 1870); a *Cartilha Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima (1948); e a *Cartilha do povo*, de Lourenço Filho (1928). Não coincidentemente, esta última possui um nome muito semelhante ao das que Millôr elaborou para a revista. Uma delas, encontrada no primeiro volume da revista, será focalizada a seguir em nossa análise.

Figura 4 – “Cartilha para o povo”, Revista Pif-Paf, v. 1

Já que todo o mundo deseja educar o povo, o PIF-PAF também entra no pareo e apresenta a sua

ISTO SÃO 2 (DOIS) NACIONALISTAS...
Um Nacionalista não é um tarado.
Existem Nacionalistas nos outros países?
Não, os habitantes dos outros países são todos a favor de seus próprios países.
E por isso que o Nacionalista quer ter o monopólio de todos os monopólios.

ISTO É O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
O Presidente governa o povo.
Quantos espinhos tem o cargo do Presidente?
O cargo do Presidente é muito espinhoso.
O Presidente se sacrifica muito pelo povo.
Por isso o povo nunca deve deixar o Presidente se sacrificar mais de cinco anos.

ISTO É UM COMÍCIO
Um Comício é uma porção de gente.
Cada um vai lá só pra ver como é o Comício.
Se ninguém vai ver o Comício então não há comício.
O Comício pois não é o Pão-de-Açúcar.
Se ninguém vai ver o Pão-de-Açúcar, o Pão-de-Açúcar continua lá.

ISTO É UM CUNHADO
Cunhado é cargo eletivo?
Não, cargo eletivo é só genro.
(Elegido de meu coração).
Existe cunhado da pátria?
Não, só existe pai da pátria e filho da pátria.
Então inventamos algo de novo em política?
Sim, os povos têm muito que aprender com o Brasil.

ISTO SÃO (DOIS) GENERAIS
Um general é um soldado do povo.
O general da esquerda é americano.
O general da direita é russo.
O general americano deseja todo o bem para o povo americano.
O general russo deseja a felicidade do povo russo.
Isto é o que se chama guerra fria.

ISTO É O CONGRESSO
No Congresso tem muito tiro.
O Congresso é pois uma guerrilha?
Não, o Congresso é de paz e sossego.
O Congresso deseja o Progresso.
Mas deseja ainda mais o recesso.
E deseja ainda mais o Regresso.

Fonte: Revista Pif-Paf, v. 1, p. 11, 1964.

Para contextualizar, cabe dizer que, durante a Ditadura Militar, as cartilhas eram distribuídas para que fossem propagadas as ideias do Estado Novo, já que, como relembra Aranha (2006), uma das missões dos militares era educar a juventude. Numa construção intertextual, Millôr escreve no início da página: “já que todo mundo

deseja educar o povo, o *Pif-Paf* também entra no páreo e apresenta a sua cartilha para o povo”.

É preciso considerar que a cartilha pode exercer uma influência significativa sobre o leitor pela natureza didática do gênero textual, que geralmente apresenta informações de maneira clara, objetiva e simplificada, visando à compreensão do conteúdo. Há, também, a autoridade implícita de uma cartilha que, associada ao seu propósito instrucional, reforça a ideia de que as informações ali contidas são corretas. No contexto de regimes autoritários, como o da Ditadura Militar no Brasil, o uso de cartilhas como ferramenta de propaganda foi estratégico, pois elas ofereciam uma narrativa controlada e oficial, mascarada pela neutralidade aparente de uma educação moral.

Sobre o texto de Millôr, é certo que a escolha do gênero textual, como comentamos, está longe de ser despreziosa. A cartilha do povo, proposta por Lourenço Filho anos antes, ficou conhecida por apresentar os conteúdos por meio de visões ideológicas, ou seja, era um material que expunha mais do que questões escolares. Como explica Bertoletti (2006),

A Cartilha do povo, [...] não se caracteriza por ser um instrumento neutro com fins simplistas de transmissão das técnicas do ler e do escrever, trata-se de instrumento de divulgação e aplicação de uma mentalidade nacionalista, moralizante, que ressalta a ideia e o sentido de nação e seus símbolos, bem como conclama a todos assumirem suas responsabilidades como trabalhadores, estudantes, enfim, como brasileiros que têm uma função a desempenhar para o progresso e o desenvolvimento nacional, para ingresso do país na era da industrialização da modernidade. (Bertoletti, 2006, p. 56)

A única ressalva é que, ao contrário da cartilha original, a que foi produzida para a revista por Millôr não propagava os ideais do Estado Novo. Na verdade, os criticava. Alguns exemplos de trechos apresentados na cartilha são os que se seguem:

Existem nacionalistas nos outros países? Não, os habitantes dos outros países são a favor de seus próprios países (quadro 1);

O presidente se sacrifica muito pelo povo. Por isso o povo nunca deve deixar o presidente se sacrificar mais de cinco anos (quadro 2);

Cunhado é cargo eletivo? Não, cargo eletivo é só genro. (Eleito do meu coração). (Quadro 4);

O congresso deseja o progresso. Mas deseja ainda mais o recesso. E deseja ainda mais o regresso (quadro 6). (*Pif-Paf*, v. 1, p. 11, 1964)

Como se pode perceber, o texto da revista, de caráter humorístico e satírico, apresenta-se com o nome de uma cartilha nacionalista como estratégia deliberada para ironizar um dos materiais utilizados para doutrinar e, dessa maneira estratégica, o autor assinala o seu posicionamento em relação aos acontecimentos políticos do momento. Ao adotar esse título, a publicação não configura apenas uma paródia, mas subverte o conteúdo originalmente repressivo, utilizando o humor como ferramenta de resistência e contestação política, revelando uma postura claramente contrária ao autoritarismo da época. Essa escolha evidenciava o compromisso da revista com a crítica ao poder instituído.

Sendo assim, por meio de um gênero textual usado comumente para a divulgação de conhecimento, Millôr Fernandes “ensina” seus leitores sobre política e seu posicionamento a respeito de questões políticas. Com a linguagem simples característica das cartilhas e imagens que ilustram as explicações, a cartilha para o povo imita um material didático e propõe reflexões a respeito da conjuntura do momento, de modo que comporta, então, uma dimensão argumentativa.

A configuração adotada, nesse sentido, tem multifuncionalidade: cumpre o papel de explicar conceitos básicos de forma didática (ainda que de maneira irônica) como faz uma cartilha e, ao mesmo tempo, critica não só a circulação do material para propagação dos princípios militares, como também todo o contexto da ditadura. A escolha desta configuração, sem dúvidas, é um componente importante da argumentação presente no texto e contribui para a construção de seu sentido global

Considerações finais

A análise dos exemplares de textos da revista *Pif-Paf* possibilitou-nos confirmar a suposição de que a escolha de determinados gêneros textuais, com a configuração que lhe corresponde, é uma importante estratégia textual a serviço da argumentatividade. Trata-se de uma das estratégias utilizadas pelos autores da revista para driblar a censura e, desse modo, assumir e sinalizar posicionamentos.

No âmbito da revista, os gêneros como configurados textualmente encontram justificativa no contexto social e na intenção dos autores de: i) chamar a atenção dos leitores e envolvê-los; ii) favorecer a circulação dos textos que tratavam de temas delicados (proibidos) à época; iii) fazer críticas, denúncias e expor pontos de vista e posicionamentos.

Portanto, a escolha do gênero textual e o modo como se configurou e se desenvolveu, trata-se de uma significativa estratégia usada na e para a concretização

de um projeto argumentativo que aponta para relações que os produtores do texto desejam estabelecer, efeitos que pretendem causar, comportamentos que querem ver desencadeados, determinadas reações verbais ou não verbais que esperam provocar.

Que este trabalho contribua para um olhar mais expandido sobre argumentatividade e produção de sentidos; sobre como os sujeitos na produção de textos vão sinalizando a compreensão que têm de si, dos outros e do mundo, e reclamando para si e para os outros ações transformadoras.

Referências

ABREU, A. A. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: FICO, C. et. al. (org.). **1964-2004 - 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (org.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Trad. Eduardo Lopes Piris et al. São Paulo: Contexto, 2018.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

BERTOLETTI, E. N. M. **Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do povo e da cartilha Upa, cavalinho**. São Paulo: UNESP, 2006.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M.; PINTO, R.; BRITO, M. Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. **Diacrítica**, v. 32, n. 1, 2018.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística textual e argumentação**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

CARVALHO, J.; ARAGÃO, I. Infografia: Conceito e Prática. **InfoDesign - Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 9, n. 3, p. 160-177, 2012.

CUNHA, J. E. A. B. **Desenhos de humor, crítica e planejamento gráfico editorial: a revista Pif-Paf (1964)**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, 2018.

DEUS, J. **Cartilha maternal ou arte da leitura por João de Deus**. Porto: Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1876.

DOMINGUES, C. L. K; EBERT, S. F. Alfabetização e Ditadura Militar: relação entre a cartilha e os métodos de alfabetização. **Debates em Educação**, v. 7, n. 14, 2015.

ELIAS, V. M.; CAPISTRANO JÚNIOR, R. O Texto Na Linguística Textual: Entrevista À Vanda Maria Elias. **PERcursos Linguísticos**, v. 11, n. 29, p. 24-31, 2021.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LIMA, B. A. **Caminho Suave: alfabetização pela imagem**. São Paulo: Caminho Suave LTDA, 1948.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Cartilha do povo - para a ensinar a ler rapidamente**. São Paulo: Melhoramentos, 1928.

MACEDO, P. S. A. **Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual**. 245f - Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual: análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A.P.; MACHADO, A.R.; Bezerra, M.A. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

FERNANDES, M. Cartilha para o povo. **Pif-Paf**, Rio de Janeiro, v. 1, p.11, mai. 1964.

FERNANDES, M. O jogo da democracia. **Pif-Paf**, Rio de Janeiro, v. 2, jun. 1964.

FERNANDES, M. Mas, afinal, o que é liberdade? **Pif-Paf**, Rio de Janeiro, v. 2, p.8-9, jun. 1964.

FERNANDES, M. Um paulista comum. **Pif-Paf**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 23, jul. 1964.

PINTO, R. **Como argumentar e persuadir - Práticas: política, jurídica e jornalística**. Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora, 2010.

PIZZANI, A.; RIOLO, V. A multimodalidade contribuindo e influenciando no processo de letramento do gênero cartilha. **Cadernos do CNLF**, v.1, p. 103-115, 2013.